

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 1953/XIII/4ª

RECOMENDA A ASSINATURA DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTES COM A TRANSTEJO/SOFLUSA E A APROVAÇÃO DE UM PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS 2019-2022

A Transtejo/Soflusa é uma empresa que assegura, em exclusivo, o transporte coletivo de passageiros entre as duas margens do Rio Tejo, na área metropolitana de Lisboa. Segundos dados do INE, transportou em 2017, 16.789.469 passageiros, sendo fundamental para as deslocações diárias de cerca de 46 mil pessoas.

Desde há mais de um ano que o serviço da Transtejo/Soflusa tem vindo a sofrer perturbações e anomalias.

O número de viagens suprimidas, em especial em horas de ponta, tem sido fortemente prejudicial para os passageiros que necessitam de previsibilidade no cumprimento de horários. Nos últimos meses de 2018 a situação agravou-se, passando a ser frequente na carreira Cacilhas-Cais do Sodré funcionar com 2 em vez das 3 embarcações necessárias ao cumprimento dos horários e nas do Montijo e Seixal com apenas 1. Na carreira Trafaria-Porto Brandão tem sido muito frequente a interrupção pura e simples do serviço de transporte de viaturas, não havendo por vezes qualquer serviço.

Em declarações proferidas há um ano o Sr. Ministro do Ambiente e da Transição Energética prometeu a regularização do serviço para 2018. Em janeiro de 2019, continuam as supressões e as avarias nas embarcações.

Para o Bloco de esquerda é urgente um planeamento adequado de todas as operações de manutenção e reparação das embarcações, incluindo de manutenção preventiva, instrumento fundamental para garantir boas condições de funcionamento para toda a frota ao longo dos períodos de operação.

A segurança no transporte evidencia grandes problemas. No acesso aos cais persistem as avarias em portas e saídas de segurança. A lotação das embarcações, dada a frequência das interrupções e supressões de serviço, há muito que deixou de ser respeitada.

Para ultrapassar este estado de situação é fundamental ter meios e recursos disponíveis para levar a cabo um planeamento da gestão eficaz de acordo com as necessidades identificadas e com as que se perspetivam no futuro, em função dos investimentos programados.

É o caso do processo da aquisição de novas embarcações. Recentemente, aquando da discussão do OE2019, o Governo reincidiu nessa promessa, mas, dois meses depois, continua sem existir qualquer indicação de data para a abertura do respetivo concurso público.

Estas dificuldades decorrem da crónica falta de financiamento no transporte fluvial, que, desde 2014, se agravaram exponencialmente por ter caducado o contrato de serviço público de transportes entre o Estado e a Transtejo/Soflusa. Desde então, há mais de 5 anos, a empresa sobrevive capturada por uma lógica empresarial absurda de completa dependência de meios, sujeita a autorização prévia casuística dos principais gastos de gestão por parte do Ministério das Finanças.

Sem um novo contrato de serviço público de médio prazo com a Transtejo/Soflusa, onde se estabeleçam as obrigações de serviço público de transporte entre as margens do Tejo e o respetivo quadro das indemnizações compensatórias, bem como um plano plurianual de investimentos para a renovação e modernização da frota, a aquisição de novas embarcações, a requalificação dos cais de acesso e a admissão de novos recursos humanos não será possível identificar os meios, definir objetivos de gestão e padrões de qualidade no cumprimento de um serviço público de transportes absolutamente relevante para a Área Metropolitana de Lisboa.

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia da República recomende ao Governo que:

1. Seja assinado o contrato de Prestação de Serviço Público de Transportes com a Transtejo/Soflusa no prazo de 30 dias;
2. Seja aberto concurso público para a aquisição das novas embarcações até final do 1º trimestre de 2019;
3. Seja aprovado, no prazo de 90 dias, um Plano Plurianual de Investimentos para o período 2019-2022 que inclua a renovação e modernização da frota, a aquisição de novas embarcações, a admissão de recursos humanos e a requalificação dos cais e pontões de acesso.

Assembleia da República, 28 de janeiro de 2019.

As Deputadas e os Deputados do Bloco de Esquerda,